

## **Audiência na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência Lisboa, Assembleia da República, 3 de abril de 2018**

Senhor presidente da comissão, senhores deputados

Representamos as cerca de 150 Escolas Católicas (EC) existentes neste momento em Portugal. Educamos 73 mil alunos até ao final do ensino secundário, empregamos 6000 docentes e 4000 funcionários não docentes. Desta forma, a cultura e o espírito da EC atinge para cima de meio milhão de cidadãos (pois, além dos pais, temos que contemplar os avós, cada vez mais envolvidos na educação dos netos).

A EC tem orgulho do seu passado. A educação e a cultura no nosso país nasceram à sombra dos conventos e das escolas paroquiais. Ainda hoje assentamos as escolas (estatais e não estatais) em princípios e rotinas criados pelas EC há centenas de anos. Em meados do século passado, quando existiam apenas 41 liceus – manifestamente poucos para tanta ânsia, necessidade e direito de cultura – foram as 400 escolas privadas, a maioria das quais católicas ou de matriz cristã, a garantir a escolarização de milhares de jovens. E onde estavam estas escolas? Em todo o lado, mas sobretudo nas vilas e aldeias do interior esquecido. E quem as frequentava? Ricos e pobres, ou seja, alunos de todos os estratos sociais. Quantos não foram os que as frequentaram gratuitamente, ou a troco de produtos da terra? Eu próprio, em duas investigações feitas nas teses de mestrado e doutoramento comprovei tudo isto (cujos livros vou oferecer no final a cada coordenador dos grupos parlamentares). E para não falar dos milhares de rapazes que, por via dos seminários diocesanos, saíram de aldeias recônditas e desenvolveram os seus talentos atingindo carreiras distintas ou simplesmente sendo cidadãos com uma vida digna em todos os aspetos.

Senhor presidente, senhores deputados, esta EC está a definhar, por razões externas a si mesma e por causa delas ameaçada a desaparecer. De 2010 até ao presente encerraram 36 EC, não porque não tivessem procura (pelo contrário!), mas sim porque deixaram de ter financiamento estatal ou porque os pais, apesar de quererem fazer delas a escolha para os seus filhos, não tinham dinheiro para suportar as propinas.

Progredindo esta política de cortes financeiros, a maioria das atuais 26 EC com contrato de associação encerram. Curiosamente, são precisamente as escolas situadas em zonas mais desprotegidas. São os “pobres” que deixam de poder usufruir desta possibilidade, deste direito que lhes assiste.

Por favor entendam, senhores deputados, que a EC, para ser fiel à sua essência, tem que ser aberta a todos os que a procuram, sejam ricos, pobres, cristãos ou não cristãos. Aberta mesmo a todos.

Continuando esta política de cortes colossais no apoio financeiro, quer a nível dos contratos de associação, quer a nível dos contratos simples e de desenvolvimento, a EC ficará apenas reservada a quem pode pagar propinas. Ou seja, quem tem posses, ainda poderá escolher. Aos pobres, resta a escola dita “pública”. Será isto justo, ademais quando está provado que a escola privada contratualizada não fica mais cara ao Estado do que a escola estatal?

Senhor presidente, senhores deputados, terá de haver apenas dois critérios: o da liberdade (de ensinar e de aprender), consagrado constitucionalmente; e o critério da qualidade. Se a escola é boa, se é desejada pelos alunos e pais, é uma injustiça deixar de a apoiar, é um “crime” passivamente vê-la morrer. Isto não pode suceder, por todos os motivos.

Senhores deputados, olhem por favor para a EC considerando-a na sua singularidade, distinta das demais: por natureza, “pública” como já referi; criada sem fins lucrativos; primando pela honestidade e seriedade do serviço, tendo apenas como fim ajudar os alunos a crescer em todas as dimensões, para serem cidadãos autónomos, responsáveis e felizes.

É este o apelo que vos deixamos, como responsáveis das EC.

Em nome da Associação Portuguesa de Escolas Católicas (APEC),  
*Jorge Cotovio* (Secretário Geral)  
apecatolica@gmail.com